

A União Europeia e o Neoliberalismo. De que estamos a falar?

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt

1. Ninguém negará que a sociedade em que vivemos contém homens e relações entre os homens e que essas relações são mediadas por instituições, formais e informais. A actividade económica é uma parte desse sistema de relações, de manifestação dos usos e costumes, das dinâmicas de transformação e das idiosincrasias.

Contudo, esta constatação envolve níveis de complexidade superiores aos da capacidade de processamento científico na leitura e interpretação dos actos económicos. Superiores ainda hoje, e muito mais quando a Economia se começou a estruturar como ciência e a deixar, em cada momento da sua construção um forte lastro teórico e ideológico para as gerações vindouras.

É um pouco desta história que começaremos por contar.

Porque a actividade económica faz parte do quotidiano dos homens e dos seus agregados, porque a própria sobrevivência exige o consumo de bens, logo a sua produção e atribuição a cada um, em todas as fases da humanidade se produziram ideias sobre como “os negócios se processam”, colocando a tónica nos aspectos que eram mais relevantes para os grupos sociais e as instituições mais importantes. Contudo ter-se concepções sobre o mundo dos negócios, estabelecer-se relações entre acontecimentos, tentar-se formular relações de causalidade, procurar-se influenciar o rumo espontâneo dos acontecimentos não significava a existência de uma ciência interpretativa de tais realidades. Para que ela surgisse foi preciso romper com ideias e ideologias generalizadamente aceites. Foi preciso perceber-se que a sociedade é uma realidade autónoma, com uma dinâmica própria construída pelos homens. A cientificidade da leitura dos actos económicos surge quando se reconhece que os homens têm vontade própria, que a sociedade nem é uma mera cadeia de transmissão de Deus, nem um brinquedo da vontade do Rei. Houve então condições para uma sistematização coerente dos conhecimentos sobre as temáticas da produção e da riqueza.

Adam Smith (1723 - 1790) é incontestavelmente um dos fundadores desta nova ciência, da Economia Política, captando a importância da Revolução Industrial, do capitalismo nascente. Contudo a sua leitura não é disciplinar, parcelar, mas global. Aquilo que os vindouros chamariam de Economia era para ele uma parte da compreensão do funcionamento da sociedade. Preocupou-o a riqueza das nações, mas a sua leitura é parte indissociável da filosofia social, que engloba da ética à lógica, da filosofia natural à justiça. A análise da riqueza das nações faz-se quando a indústria assume uma importância crescente, isto é, quando as actividades de “transformação da matéria” assumem maior importância que a criação de

matéria¹. A sua construção explicativa assenta na importância das relações sociais no processo de produção e troca dos bens, base da riqueza. Se da sua leitura ressalta a importância do comportamento e da liberdade individuais

“Cada homem, contanto que não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir seus próprios interesses de sua própria maneira e levar tanto sua indústria quanto seu capital à competição com os de qualquer outro homem ou classe de homens”²

tal é parte integrante de uma divisão social do trabalho, de uma relação com os restantes valores humanos, da necessidade do estabelecimento de um determinado tipo de relações sociais, expressa no seu famoso conceito de “mão invisível”, reguladora dos encontros e desencontros da vontade individual.

Esta articulação entre a sociedade e os homens, esta relação indissolúvel entre o individual e o colectivo na sociedade capitalista é o elemento marcante do conjunto de “economistas” que podem ser considerados “clássicos”. Os bens são produzidos para a troca, os bens são mercadorias e estas têm uma dupla característica: são resultado do trabalho humano (social), são valor; têm um conjunto de características que lhe dão uma certa utilidade para quem as deseja possuir, têm valor de uso.

Deste ponto de vista Karl Marx (1818-1883) é o último e o mais coerente e completo autor clássico: o sistema capitalista é a forma mais avançada de produção mercantil, os conceitos económicos são relações sociais, frequentemente mediadas através de coisas; é a liberdade que permite a existência e a apropriação da mercadoria diferenciadora do capitalismo, a força de trabalho. O primado do social, das relações sociais, em relação às pessoas e às suas especificidades permite-lhe estruturar a sua teoria do valor trabalho, que engloba indissociavelmente o valor de uso.

Se a leitura objectiva do capitalismo era, no tempo de Adam Smith, um hino de glorificação do sistema nascente, deixava-o de o ser no tempo de Karl Marx quer porque aquele começava a mostrar também as suas nefastas consequências, quer porque a luta de classe intensificava-se, quer ainda, porque a síntese da “economia clássica” com a “dialéctica” e as “tradições socialistas” conduzia a análise para outros terrenos político-sociais.

Outros autores surgirão que vão abandonar esta dicotomia homem/sociedade e que vão absolutizar a importância do homem, do homem isolado, do indivíduo. A Economia reforça a sua autonomia enquanto saber específico, enquanto área do conhecimento científico. Os conceitos económicos deixam de ser relações sociais através de coisas para serem relações de cada um dos homens com as coisas. A importância atribuída à riqueza deixa de fazer parte de uma hierarquia de valores do homem e da sociedade para ser tratado isoladamente. A

¹ A corrente do pensamento económico dominante até então, a fisiocracia, identificava a produção com a criação de matéria. Por isso só eram produtivas as actividades em relação directa com a natureza, nomeadamente a agricultura. A Revolução Industrial e o crescimento económico que gerou exigia uma mudança de paradigma, assente nas relações sociais.

² Ver Ross, Ian Simpson. 1999. *Adam Smith. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, pag. 551

mercadoria deixa de ser valor e valor de uso, para ser apenas este último, simplesmente para ter utilidade.

Porque estes novos autores consideram a paternidade teórica um pilar importante da sua imposição, eles próprios se consideram continuadores dos clássicos, pelo que são designados por “neoclássicos”.

Não interessa aqui analisar se este conjunto de autores – muito diversos nas suas análises, nas suas preocupações, nas suas concepções de justiça social, nas suas metodologias – resultaram de uma continuidade dos clássicos ou de um antagonismo, particularmente ao último dos clássicos, Marx, mas algumas posturas são de aberto confronto político, como, por exemplo, a assumida por Jevons, com aparente sustentação matemática:

“A opinião que aceito a respeito da taxa de salários não é mais difícil de ser entendida do que a opinião corrente. Ela diz que *o salário de um trabalhador coincide em última instância, com o que ele produz, após deduzir-se a renda, as taxas e os juros do capital.* (...) O lucro deve ser a primeira parte a ser determinada”³

Esta sobrevalorização do individual e do subjectivo virá a perdurar até aos dias de hoje, apesar de algumas importantes interrupções, a que faremos alusão. Contudo a hegemonia social dos neoclássicos arrastou consigo outras vertentes do pensar economicamente. Alertemos para algumas delas:

- a) A estruturação da ciência económica em torno do conceito de utilidade vai gerar uma mudança do seu objecto de estudo. Deixa de ser a produção, a troca, a repartição do rendimento e o consumo para ser a gestão dos recursos escassos utilizáveis de diversas formas.
- b) O objectivo da actuação económica passa a ser o da maximização da utilidade, o que numa sociedade com profundas desigualdades e diferentes poderes sociais se traduz socialmente na maximização da utilidade dos mais poderosos, na maximização do lucro.
- c) A absolutização do individual desliga a ciência económica da leitura e interpretação da realidade. As leis parcelares admitindo tudo o resto constante, um aparente positivismo de teor introspectivo e o formalismo matemático funcionavam como aparências de uma normatividade sempre presente nas leis e nas decisões a partir delas. Esta ambiguidade foi superada reconhecendo que a Economia não visa descrever a realidade mas fazer boas previsões do que irá acontecer.
- d) Um desajustamento entre a realidade a interpretar e o modelo interpretativo não é obrigatoriamente resolúvel pelas regras da cientificidade: revisão do modelo de forma a se aproximar da realidade que pretende descrever e interpretar. Esta ausência de suporte teórico e o facto de estarmos sempre perante situações em que as vantagens de uns são desvantagens de outros fazem com que perante esses desajustamentos a tendência dominante seja adaptar a realidade ao modelo, isto é, impor coercivamente à sociedade os interesses das classes dominantes em nome do equilíbrio, da

³ In Jevons, W. Stanley. 1988. *A Teoria da Economia Política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, pág. 158/9

racionalidade, da eficiência. A “política económica” deveria ser uma aplicação da “economia política”, mas frequentemente é esta que é um subproduto daquela.

Numa sociedade capitalista, os capitalistas são a classe social dominante. Depois da crise de 1891 os grandes capitalistas e as articulações entre as empresas industriais e as bancárias tornaram-se os grupos socialmente dominantes. A organização política da “nação” deve ser feita de forma a garantir esse mesmo domínio e o “bem-estar” dos “senhores do capital”.

Contudo, seria errado considerar que essa relação entre o Estado e o “grande capital” é linear. O Estado tem uma função primeira: garantir a reprodução do sistema social capitalista e este é atravessado por contradições e conflitos que exige a aquele gerir a correlação de forças existente, consolidando a existência do sistema quando ele parece vacilar. A chama democrática da Revolução Francesa e a progressiva “representação política” da nação nos centros de decisão política acrescentaram novas dimensões a essa gestão dos conflitos.

O primado da reprodução da sociedade capitalista sobre os interesses específicos de cada um dos grupos sociais dominantes faz com que a intervenção do Estado oscile entre uma gestão económica e uma política económica⁴:

- a) Estamos perante uma gestão económica quando o Estado actua de acordo com “as leis do mercado”, isto é, “representa” os grupos sociais dominantes, substituindo-se a eles eficientemente na organização da sociedade. A gestão económica é expressão da imanência da superestrutura, é a actuação política enquanto expressão das relações fundamentais capitalistas.
- b) Estamos perante uma política económica quando o Estado actua de forma autónoma, impondo coercivamente à dinâmica económica práticas que podem ser contrárias aos interesses imediatos das classes dominantes, mas que são consideradas indispensáveis para a não ruptura do essencial, para a continuação da sociedade capitalista.

Há períodos em que predomina a política económica, outros a gestão económica, mas as duas formas de intervenção estão sempre presentes⁵.

O keynesianismo e a sua adopção como paradigma económico dominante das sociedades capitalistas foi a expressão doutrinal do domínio da política económica sobre a gestão económica, resultado da conjugação de três factores concomitantes: a profunda crise de sobreprodução de 1929/33 e a urgência de adopção de medidas de consolidação do sistema, o enfraquecimento de importantes sectores do capital dominante, a ameaça patente na Revolução Russa, nas lutas operárias e na existência do “socialismo real”.

⁴ Sobre este assunto ver, entre outros trabalhos, Brunhoff, Suzanne. 1976. *État et Capital. Recherches sur la Politique Économique*. Paris: Maspero.

⁵ O chamado Estado Providência também é um resultado de gestão económica e de política económica. Nessa fase do capitalismo a “gestão da mão-de-obra” era uma componente fundamental do funcionamento do sistema: trabalhadores em abundância, produtores mas também consumidores, estabilidade social, níveis de formação crescentes. Houve “gestão” enquanto significou a transferência dessas responsabilidades de cada uma das empresas para o seu representante colectivo, o Estado. Houve “política” quando a existência do socialismo, as lutas populares e o funcionamento da democracia, o exemplo de alguns países e a importância da paz social exigiu ir mais além.

Do ponto de vista teórico John Maynard Keynes (1883-1946) teve a enorme vantagem de mostrar que um mercado pode estar em equilíbrio e nem por isso conduzir à situação social ótima. É o caso do mercado de trabalho poder estar equilibrado e, mesmo assim, haver desemprego involuntário. É o caso do mercado de capital-dinheiro que pode estar equilibrado e existir uma massa de dinheiro entesourado que impossibilita que toda a produção seja vendida.

Na época todos os economistas se diziam keynesianos⁶, tal era a importância da reprodução do sistema (reformismo) em relação ao perigo da revolução. Até Milton Friedman (1912-2006), teórico fundador da escola oposta, o afirmava.

O keynesianismo foi uma ruptura importante com o pensamento até então dominante, mas uma ruptura limitada. Os neoclássicos e os keynesianos pretendiam o mesmo, mas os caminhos para o conseguirem eram diferentes⁷. Tais proximidades tornaram viável a domesticação formal do pensamento keynesiano, dando lugar ao que foi designado por “síntese neoclássica”, corrente do pensamento económico que moldou a maioria dos economistas de hoje, proeminentes na actividade económica e política.

É nesta continuidade que surge expressamente o liberalismo, de que Friedman é um dos grandes fundadores. Estamos em 1956: os EUA são o poder hegemónico capitalista, atravessou-se um longo período de prosperidade, o capitalismo recuperou do efeito devastador da guerra. Em nome da liberdade individual, esquecendo que a liberdade de uns pode ser a sua negação para outros, admitindo que é na actividade económica e nos mercados que todos e cada um tem melhores condições para expressar o que pretende, desvaloriza a importância do Estado e sobrevaloriza a harmonia dos mercados. Contudo tem consciência que há várias situações em que se justifica a acção do Estado:

“Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo económico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em actividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na protecção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista.”⁸

É reconhecido que a actividade económica tem de ser sobredeterminada politicamente, tem de assentar na ordem e no garante da propriedade. Recomenda-se que a intervenção do Estado seja de gestão económica: para garantir a concorrência no mercado de trabalho, acabar

⁶ O keynesianismo situa-se entre o “homem” e a “relação entre os homens”, dando maior atenção às instituições, aos comportamentos colectivos. Refira-se, a propósito, que neste texto não fazemos alusão aos institucionalistas, que tiveram como figura cimeira Thorstein Veblen (1857-1929).

⁷ Abordamos esse assunto em “Keynesianismo-Monetarismo: Controversia Condicionada”, disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/AAAF0001.pdf>

⁸ In Friedman, Milton, and Rose D. Friedman. 1988. Capitalismo e Liberdade. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, pag. 39

com o “monopólio” dos sindicatos; para estimular o investimento, criar infra-estruturas; para pôr fim a uma situação de crise, acelerar o seu aprofundamento para que as forças sãs voltem a tomar conta dos mercados. É uma liberdade que parece ser companheira da ditadura.

Desde então muitas coisas aconteceram na economia mundial. O socialismo enfraqueceu e desmoronou-se. A globalização estendeu o domínio do capital a todas as regiões e sectores do mundo. As desigualdades sociais agravaram-se entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre pobres e ricos nos países e à escala planetária. A livre circulação do capital é uma realidade. Os *offshores* são paraísos para o grande capital, para a inserção do dinheiro mafioso nos circuitos oficiais. As grandes empresas são mais poderosas economicamente que grande parte dos países, mesmo desenvolvidos. A inovação tecnológica, a desindustrialização de muitos países e a deslocalização internacional das empresas criaram condições favoráveis para um crescente desemprego involuntário de longo prazo. O capital valoriza-se, a força de trabalho desvaloriza-se, o Estado-mercado⁹ emerge.

Para que a realidade se ajuste aos modelos há que defender uma crescente importância dos mercados, transpostos olímpicamente para o reino da racionalidade total, e um controlo pleno da actividade económica pelo grande capital. Assim, porque não existe risco de ser posta em causa a reprodução do sistema, para além de reduzir a actividade do Estado há que afastar este totalmente das áreas económicas. O liberalismo pretendia reduzir a actividade do Estado. O neoliberalismo pretende acabar com o Estado enquanto agente económico¹⁰. É dispensado de fazer gestão económica. O grande capital descarta-se do seu antigo aliado porque já não precisa dele.

Liquidam a actividade económica do Estado porque ele é supérfluo para o grande capital, embora seja importante para a sociedade. Critica-se o despesismo do Estado mas continua a defender-se a fuga aos impostos por parte das empresas através dos *offshores*¹¹. Ignora-se a crescente importância da economia não registada, da fraude e da corrupção.

2. A crise de sobreprodução que ainda vivemos, e viveremos por vários anos, teria sido uma oportunidade excelente para mostrar que a realidade tem leis objectivas, que as crises continuam a existir, que permanece na sociedade mundial, regional e nacional interesses

⁹ Sobre a passagem do “Estado nação” ao “Estado mercado” ver <http://incursoes.blogs.sapo.pt/1483656.html>

¹⁰ Libertar a economia do Estado, exige em primeiro lugar, uma forte, tendencialmente ditatorial, actuação do Estado para fazer haraquiri. Tratamos dessa questão no capítulo “A globalização também é Estado” em Pimenta, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.

Recorte-se que Reagan e Thatcher foram os grandes mentores da imposição política do neoliberalismo.

¹¹ Temos abordado o assunto em diversos trabalhos. Não sabemos com precisão os montantes de capital a circular nestas praças financeiras e o montante de fuga aos impostos que elas representam, Segundo Fonseca-Statler, (Guilherme da. 2011. *O Preço das Coisas. Conversas à volta de um café...* Lisboa: Página a Página), citando Xavier Harel “estas práticas de «optimização fiscal» custam aos países da União Europeia, ano após ano, qualquer coisa como 200.000 milhões de euros... O equivalente a duas vezes a totalidade dos orçamentos nacionais de cada um daqueles 27 Estados” (157)

contraditórios, que o bem-estar do grande capital não é o bem-estar da sociedade, antes pelo contrário para milhões de cidadãos à escala mundial.

Uma oportunidade excelente para combater-se o empolamento do financeiro em relação ao económico, do improdutivo em relação ao produtivo reforçando o capital financeiro. Combater-se a especulação financeira mundial aceleradora da crise ao transferir dinheiro das nações para essa especulação. Combater-se a brutal fuga aos compromissos fiscais e às obrigações sociais, fuga que condena os Estados a financiarem-se junto de quem os roubou. Abdicou-se de uma política anti-cíclica.¹²

Neste panorama internacional a política mais subserviente perante o grande capital, mais neoliberal e anti-social tem sido realizada pela União Europeia, nomeadamente pelo Banco Central Europeu.

Para percebermos esta realidade não basta situarmo-nos nos tempos recentes. É preciso relembrar que toda a lógica de construção do euro e as regras do Pacto de estabilidade e crescimento “não têm fundamento económico: uma política monetária única aplicada a países cujas estratégias e situações económicas são tão diferentes acentua as disparidades económicas”¹³. A concepção de que a convergência nominal entre os países – isto é, a capacidade temporária de todos os países aderentes ao euro apresentarem uma situação financeira comum – conduziria a uma convergência real – isto é, a similares níveis de industrialização, equilíbrio entre importações e exportações, capacidade de imposição de preços e produtos, produtividade, atenuação do desemprego – é um absurdo lógico, uma renúncia a princípios fundamentais dos conhecimentos económicos. É uma subestimação das leis objectivas de funcionamento da economia, uma sobrevalorização do financeiro. É uma fraude política e económica, pois a própria convergência nominal foi montada sem harmonização fiscal e com a proliferação de praças financeiras *offshores*, isto é, com uma concorrência desleal entre países da UE e do mundo. Logo no Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia se defendia uma política monetária-financeira de enfraquecimento do Estado e de reforço da importância e controlo do sistema financeiro: impossibilidade do Banco Central Europeu financiar directamente os Estados e condenação da solidariedade financeira entre os Estados membros.

Ao Estado é permitido fazer uma gestão económica de apoio ao capital financeiro (por exemplo financiando, ajudando com o dinheiro da “nação”¹⁴ os bancos em dificuldade) mas

¹² Sobre a crise e as políticas adoptadas, ver, por exemplo os nossos dois trabalhos seguintes: 2008. O financeiro contra o económico. *Shift* (1):18 ; 2009. Continuidade, metamorfose ou fim da globalização? *Revista Angolana de Sociologia* (3) Ver ainda a nossa contribuição em Herberto Goulard (org), 2010. "... mas que crise é esta? " Lisboa: Associação Intervenção Democrática

¹³ Mathieu, Catherine & Henri Sterdyniak. 2011. "Crise de la zone euro: il est urgent de changer d'Europe". *Texto dactilografado*.

¹⁴ Nem sempre soa bem a referência à "nação", mas preferimos essa linguagem à que se tornou moda: "contribuintes". Quando se fala em "dinheiro dos contribuintes" continua-se a privilegiar a pessoa em relação à sociedade, a erigir o "indivíduo" como o centro das relações sociais. Ao mesmo tempo que se desvaloriza o Homem como razão da sociedade e da actividade económica.

não lhes é permitido uma política económica de salvaguarda dos interesses da “nação” (por exemplo, condicionando a circulação do capital, a instalação de bancos)¹⁵.

O que é espantoso é como tal monstruosidade conceptual e política tem sido aplaudida pela “intelectualidade”, tem tido a aceitação de Estados que só perderam com o processo, incluindo com a assinatura do Tratado de Maastricht e do Tratado de Lisboa (em que Portugal se apresentou como o herói diplomático pelo facto de o ter conseguido). As reformas estruturais – que tradicionalmente passavam por reorganização produtiva, pela formação a longo prazo da força de trabalho, pela atenuação das desigualdades regionais, pelo aumento da competitividade, etc. – consistiram predominantemente na liberalização ainda maior da circulação dos bens e do capital, numa maior autonomia dos mercados financeiros e no enfraquecimento dos sistemas de controlo nacionais¹⁶. Uma redução da actividade do Estado no controlo do capital, um aumento da actividade do Estado no enfraquecimento da legislação laboral.

Já a crise de sobreprodução estava patente à escala mundial e o Banco Central Europeu continuava a “dar prioridade à inflação em relação à crise”, a fazer uma intervenção monetária cíclica, isto é, de reforço das tendências nefastas da conjuntura e não o contrário¹⁷. A política orçamental, que foi tão fundamental no combate a anteriores crises, é descartada como instrumento obsoleto. A “prioridade à inflação” tem uma marca de classe: o aumento de preços afecta o valor do capital, sobretudo dos credores; o desemprego não afecta o capital, antes pelo contrário, aumenta o “exército industrial de reserva”; a crise “destrói os menos aptos” e permite a centralização do capital.

Quando se manifesta uma crise económica¹⁸ há duas formas possíveis de “actuar”. Uma delas (dita keynesiana) passa pelo Estado realizar uma política económica para contrariar a tendências de decrescimento, para combater o desemprego, flagelo social. Normalmente passa por aumento das despesas correntes e de investimento do Estado, por baixar a taxa de juro. A outra (dita neoliberal) passa por acelerar a crise, promover a rápida destruição dos menos aptos, centralizar o capital e criar condições para uma nova recuperação. Foi esta que

¹⁵ Chamo a atenção para a diferença entre gestão económica e política económica a que fizemos alusão.

¹⁶ Como diz Domenico Nuti em “A dívida soberana na zona Euro: pode a emissão de Eurobonds funcionar?”, texto dactilografado:

“A mais intensa fonte de vulnerabilidade do euro foi o seu nascimento prematuro. A moeda única era suposto ser o coroamento do processo de integração económica, depois da união política e orçamental, depois de se ter feito a convergência das políticas laborais e das políticas sociais e, pensando nisso, depois de uma Política Externa e de um exército comum (embora estas duas condições possam esperar). Em vez disto tem a moeda única sido utilizada para promover a chamada finalidade política, ou seja, para promover a união política que deveria ter sido a pré-condição do euro.”

¹⁷ A comparação da emissão de moeda e da sua utilização entre os EUA e a UE mostra maior preocupação com a inflação, e menos preocupação com o desemprego, no espaço europeu.

¹⁸ Crise é uma realidade dramática, mas também um conceito gasto, tal a multiplicidade de sentidos e de aldrabices que sobre ele têm sido construídos. Precisemos o significado que lhe atribuímos. O capitalismo tem “ciclos comerciais”, isto é, movimentos oscilatórios em que é possível encontrar quatro fases: expansão, crise, depressão e recuperação. A crise é a fase de quebra do crescimento (ou do ritmo de crescimento) e de diminuição da produção, do investimento (logo de aumento do desemprego).

foi seguida recentemente durante muito tempo¹⁹. Uma forma de actuação que desembocou na actual situação: “crise da dívida pública”, “desagregação da zona euro”, reforço dos mais fortes economicamente no espaço europeu, uma política de “fuga em frente” levando à concentração de poderes económicos e políticos na União Europeia (e seu aparelho burocrático) e enfraquecimento dos Países.

As medidas mais recentes e as propostas que vão surgindo continuam na mesma lógica: imposição de regras orçamentais independentemente das consequências sobre a actividade económica e as populações; liberalização de bens e serviços e do mercado de trabalho (desregulamentação dos direitos dos trabalhadores), assentar o crescimento exclusivamente nos capitais privados. “A estratégia macroeconómica, a mudança ecológica e a política industrial continuam os aspectos mais esquecidos em tudo isto”²⁰

Uma das figuras cimeiras do neoliberalismo, construtor do recente império financeiro norte-americano que desembocou no estouro (parcelar) da “bolha” especulativa, Alan Greenspan, reconheceu os erros do neoliberalismo²¹. O Fundo Monetário Internacional, tradicional baluarte de tais políticas, obteve algum bom-senso, quer pelo reconhecimento de alguns dos erros cometidos, quer pelo grande debate mundial que Stiglitz²² gerou. Tal foi confirmado por declarações (keynesianas) recentes do então Director-Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn:

“A globalização deu-nos muito [mas] atrás dela está um intervalo crescente entre ricos e pobres - especialmente dentro dos países. A má distribuição da riqueza piorou os indicadores sociais, o desenvolvimento humano está em níveis recorde pela negativa, e há cada vez mais ansiedade e insegurança face ao futuro (...) o modelo de crescimento que co-existiu com a globalização é insustentável”; “Crescimento económico não é suficiente, precisamos de crescimento com criação de emprego. E emprego não é suficiente, tem de ser emprego decente, de modo que todos beneficiem da maré. (...) no quadro da nova globalização, a primeira prioridade é o emprego, a segunda é o emprego e a terceira é o emprego”²³

O Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet e os “donos” da União Europeus continuam a defender uma política neoliberal, mesmo que ela destrua a sociedade em que vivemos.

¹⁹ Na realidade a situação recente foi menos linear porque o capitalismo europeu desindustrializou-se, a financiarização da economia foi tão grande e duradoira, que houve que fazer uma política “keynesiana” de apoio ao capital financeiro, nomeadamente aos bancos, ao mesmo tempo que se defendia uma política neoliberal para as consequências desse processo: “a crise da dívida pública”.

²⁰ Mathieu, *ob cit.*

²¹ Este economista foi presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos da América entre Agosto de 1987 e Janeiro de 2006, isto é, durante o período áureo do neoliberalismo e da política económica anterior à crise. Foi um dos grandes apoiantes, pessoal e institucional, das práticas financeiras que directamente desembocaram na actual crise.

²² Deste autor é fundamental ler *Globalização, A Grande Desilusão e Making Globalization Work* (desconheço o título em português)

²³ Estes extractos foram retirados de “FMI declara morte da globalização”, do *ionline de 02/11/2010*, e “FMI pede prioridade para a criação de empregos”, *Público*, 02-11-2010.

O “escândalo sexual” (efectivo ou montado) e a sua demissão da direcção do FMI já teve dois efeitos benéficos para os “donos do mundo”: os órgãos de informação já o condenaram e mostraram ao mundo que um economista com ideias anti-neoliberais só pode ser um tarado; o FMI tem agora novas condições para se realinhar com a ortodoxia neoliberal.

3. Porquê?

Trichet, presidente do Banco Central Europeu desde 2003 e Angela Merkel chanceler da Alemanha desde 2005 têm, sem sombra de dúvida, um papel importante nos episódios mais recentes, mas estes dramáticos anos são uma continuidade da política anterior. Seria fácil mandar para as costas destes dirigentes a responsabilidade da ineficácia da política económica durante a crise e os episódios recentes da sua manifestação orçamental de quase todos os países, prelúdio de profundas crises futuras e eventuais rupturas de evolução histórica. Seria esquecer a conviência de todos os restantes políticos dos países da União Europeia, o entusiasmo com que, em momento de bonança, muitos trabalharam entusiasticamente “a juntar a lenha com que se haviam de queimar”.

Como há muito recordava Plekhânov

“Assim, pois, os indivíduos, graças a determinadas particularidades de seu carácter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes a sua influência pode ser considerável, mas, tanto a própria possibilidade desta influência como as suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela actuam”.²⁴

As razões profundas estarão nas ideologias dominantes à escala mundial, na estrutura económico-social e correlação de forças mundial, nas especificidades económicas deste “velho continente”.

Deixaremos de lado a ideologia neoliberal, activista da adaptação da realidade aos modelos de livre circulação, equilíbrio e maximização do lucro. Não faremos referência à degradação que trouxe ao ensino da Economia em todo o mundo²⁵. Também não referiremos o seu impacto sobre a desagregação ética das sociedades, sobre as mudanças terminológicas que retratam uma massificação dos absurdos lógicos que comporta.

Dentro das especificidades deste Continente salientemos duas: a debilidade da sua economia no contexto internacional e o crescente peso da economia não registada.

Falemos da debilidade estrutural. É uma debilidade em sectores produtivos estratégicos, em inovação tecnológica, na valorização dos recursos humanos, em recursos energéticos. É uma debilidade em políticos capazes de influenciar uma alteração radical e decisiva para o futuro. É

²⁴ “O papel do indivíduo na História” in Plekhanov, G. 1963. *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Vitória.

²⁵ Talvez por deformação profissional não posso deixar de fazer uma breve referência a este assunto. Imaginem um projecto de arquitectura em que se esqueceram das janelas, ou um projecto de engenharia em que não se lembraram das fundações ou dos circuitos eléctricos. Nem dá para pensar. Contudo existem “projectos” de Economia, estudados, admirados por ilustres académicos e bajulados por políticos em que se não considera o desemprego (involuntário), o papel do Estado, as despesas públicas, os deficits orçamentais e outras minudências. Ver, entre os muitíssimos exemplos, o Prefácio de *A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária*, publicado em 2010 pelo Banco de Portugal.

uma debilidade no conhecimento da sua própria posição à escala mundial e do papel que lhe está reservado. É uma debilidade que se pode expressar na frase “a Europa vai ser comprada pela China e pelos príncipes árabes”²⁶.

Falemos da economia paralela. Há um crescente peso da economia não registada nas actividades económicas no espaço europeu, que faz com que a Europa seja hoje um centro nevrálgico das actividades ilegais. Diversos factores contribuíram para isso:

- O fim do sistema económico socialista e a planeada apropriação de importantes recursos pelas máfias constituídas ou reforçadas durante esse processo.
- Essas máfias reforçaram o seu poder às escalas europeia e mundial controlando empresas, negócios e pessoas.
- As medidas de protecção e combate ao terrorismo após 11 de Setembro de 2001 nos EUA levaram a uma “emigração” de actividades ilegais e especulativas para a Europa. A libra e o euro tornaram-se moedas apetecíveis para a especulação e o branqueamento de capitais.
- Os países europeus são proprietários de uma grande percentagem de praças financeiras *offshores*, centrais da especulação, do capital fictício e das redes económicas criminosas.
- O interesse da União Europeia em ser parceira privilegiada da China facilita a difusão de actividades ilegais.²⁷

4. De tudo o afirmado anteriormente ressalta a inevitável pergunta: que fazer?

Há muito a fazer, por todos nós, mas isso ultrapassa os objectivos deste artigo que já está excessivamente longo para a paciência dos leitores.

15/Jun/2011

²⁶ Este é o título dado a uma entrevista de José Félix Ribeiro ao Público, em 5 de Agosto de 2010. Este ilustre economista, subdirector-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento até à sua aposentação, que soube manter-se afastado do mediatismo, nessa entrevista deixa algumas formulações que são relevantes para a compreensão da actual “crise do euro”: “o euro, na prática, não é uma resposta europeia à globalização. É, antes do mais, uma resposta à unificação alemã”; “Não vejo que a Alemanha queira sair do euro nem que a sobrevivência do euro esteja em causa. Penso que a Alemanha tem uma ambição, que esta crise veio fortalecer, que é a de redesenhar o mapa monetário mundial. O que uma parte da elite alemã gostaria era que tivéssemos um sistema monetário com três pólos: o dólar, o euro e o yuan chinês. Há uma parte dessa elite que vive muito mal com o modelo anglo-saxónico de capitalismo e com o seu domínio da economia mundial. Nessa medida, seria um suicídio colocar em causa o próprio euro, porque é ele que lhe dá, apesar de tudo, uma outra dimensão para negociar este sistema tripolar que o marco dificilmente teria mesmo que fosse agora reinventado”.

²⁷ Para mais pormenores sobre este assunto ver, Visão em linha, “Immanuel Kant assassinado no Tamisa”, publicado em 26/08/2010. Também possível de consultar em http://www.gestaodefraude.eu/images/gf_upload/VisaoE084.pdf